

Ideal de Chico Mendes une povos da floresta

Assentamentos foram inspirados em conceito de reservas extrativistas proposto por ecologista

ULISSES CAPOZOLI

MACAPÁ — Cinco anos após a morte do líder seringueiro Chico Mendes, assassinado a mando do fazendeiro Darly Alves, a sorte não só dos seringueiros mas também dos outros povos da floresta tem perspectiva de mudar para melhor no interior da Amazônia.

A organização liderada por Chico Mendes com a criação do Conselho Nacional dos Seringueiros, em 1985, desde então vem alastrando-se pela floresta. Ela soma esforços da população nativa aos de levadas de retirantes, que nas últimas duas décadas, buscando suas próprias terras, trocaram Estados sulinos como o Paraná por um outro estilo de vida, no interior da maior floresta tropical da Terra.

Desde 1987 até agora, dez projetos de assentamento extrativista (PAEs) foram criados na Amazônia: cinco no Acre, dois no Amazonas e três no Amapá, este último, o Estado menos atingido pelo processo de ocupação indiscriminado que afetou a região a partir dos anos 1970. Projeto de assentamento extrativista foi o nome oficial das reservas extrativistas no contexto da reforma agrária.

As reservas são uma forma de assentamento criada em 1987 por reivindicação dos seringueiros organizados por Chico Mendes. Excetuando os projetos executados no Amapá (Maracá 1, 2 e 3), as outras áreas tiveram sua criação viabilizada pela disponibilidade de terras sob domínio da União, mas ocupadas por particulares interessados em indenizações.

Reserva ampliada — O esvaziamento do processo de reforma agrária e a crescente preocupação com ambiente na Amazônia, principalmente após a morte de Chico Mendes, abriu espaço institucional para o conceito de reserva extrativista, em detrimento do PAE, segundo o agrônomo Maurício Menezes, coordenador da reserva Maracá. As reservas foram então juridicamente interpretadas como unidades de conservação de uso sustentado pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama).

A reserva de Maracá vem sendo coordenada pelo Instituto de Estudos Amazônicos (IEA), uma organização não-governamental (ONG), criada em 1986 e financiada com recursos nacionais e internacionais. Maracá, especialmente, está sendo tocada com verbas oferecidas pela Fundação alemã Konrad Adenauer.

Mesmo com dificuldades comuns à região, a presença de garimpeiros e recente destruição de recursos naturais como o açazeiro entre outros, Maracá pode transformar-se num modelo de economia auto-sustentada e preservação do ambiente para a Amazônia oriental.

Novos hábitos — A abertura da BR-156, uma estreita via de terra batida ligando Macapá a Laranjal do Jari, um dos 15 municípios do Amapá, levou a equipe do IEA a acelerar os trabalhos na área, nos últimos três anos. Com a estrada chegaram novos hábitos capazes de transformar em curto período de tempo costumes implantados desde os primeiros ocupantes não-índios, em meados do século 18.

A reserva Maracá está situada na faixa central do município de Mazagão, em sentido sudeste-noroeste, na região sul do Amapá. Em fins do mês passado, a comunidade local materializou o primeiro sonho do projeto: uma sede comunitária construída em regime de mutirão junto ao Rio Maracá.

Rescindendo a madeira perfumada utilizada em parte da construção, a sede foi uma espécie de demonstração para a própria comunidade de que a vida na floresta pode melhorar com o esforço comum e a recuperação de técnicas ameaçadas de cair no esquecimento. É o caso do talento de mestre Pedro Braga, carpinteiro, construtor de barcos e de tudo que se possa fazer com madeira.



Moradores de Maracá reúnem-se em centro comunitário recém-construído no meio da floresta: novo conceito de reserva extrativista

AMAPÁ É O MENOS AFETADO PELA OCUPAÇÃO

Frutas nativas alimentam projeto

Culturas tradicionais, como a do café e cacau, não se deram bem nas condições da Amazônia

Na confluência do Acre, Rondônia e Amazônia, em terras que ninguém sabe ao certo a que Estado pertencem, um projeto utópico tomou forma e se desenvolve por iniciativa e esforço comunitário. É o projeto Reflorestamento Econômico Consorciado e Adensado, conhecido pela sigla ReCa.

Sérgio Roberto Lopes, um paranaense sem-terra que trocou o Sul pelas promessas de uma nova região, foi um dos que percebeu que café e cacau não lhes garantiria a permanência na Amazônia.

Os recém-chegados da década pas-

sada, ligado às comunidades eclesiais de base, começaram então a discutir o que fazer. Com a ajuda inicial de técnicos da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) se decidiu coletivamente pelo plantio do cupuaçu, árvore frutífera encontrada em estado silvestre no sul e sudeste da Amazônia Oriental, além de nordeste do Maranhão.

O cupuaçu exigia sombra para seu desenvolvimento e, para isso, os colonos do sul se decidiram pelo plantio da pupunha, fruta domesticada pelos índios pré-colombianos e hoje disseminada por uma região que vai de Honduras à Bolívia. Com o muitas palmeiras da região, a pupunheira é aproveitada da raiz aos frutos. Com ela se produz alimentos tão insólitos como o macarrão, óleo, purê, ração para peixe e galinha,

palmito e abrigo para os jovens pés de cupuaçu. Com a pupunha também se plantou a castanha, para se obter empréstimo oficial.

O empréstimo não existia, mas as 274 famílias não desanimaram. Do projeto que lembra a anarquista Colônia Cecília, implantada no início do século no Paraná e de que nunca ouviram falar, eles produziram, no ano passado, as primeiras 13 toneladas de cupuaçu. No ano que vem as perspectivas são de 48 toneladas e em 1995 deve subir para 195 toneladas. Ao preço atual, a perspectiva de rendimento é de US\$ 2.700 por hectare. Os ganhos podem ser melhorados com a industrialização da semente do cupuaçu, que se assemelham ao do cacau.

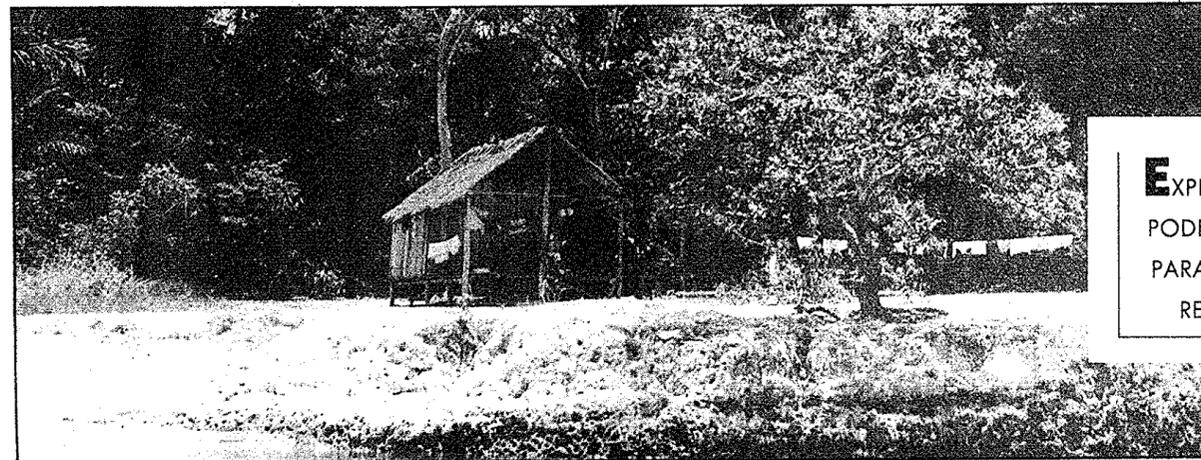
Orgulhoso, Lopes diz que "este é um projeto preguiçoso". "A gente planta e deixa, quando cai a fruta a gente colhe, sem muito trabalho."

Na opinião de Mary Alegretti, no entanto, projetos como esse ao mesmo tempo em que asseguram a so-

breviência dos colonos garantem a permanência da floresta e transformam conceitos de que ela só seria preservada sem o homem.

Em Xapuri, onde Chico Mendes vivia e foi morto, antigos seringueiros, com seu trabalho inviabilizado pelos baixos preços da borracha, esperam retirar da castanha parte da sobrevivência. O Conselho Nacional dos Seringueiros organizou uma cooperativa para beneficiamento e comercialização da castanha. Até a fase de empacotamento, o projeto foi um sucesso, diz Jorge Antonio Alves, vice-presidente da entidade.

Os problemas começam na fase de venda da produção. Habitados ao ritmo do interior da floresta, os trabalhadores desconhecem as complexas manobras da comercialização. A cooperativa Agroextrativista de Xapuri acumula 50 toneladas de castanhas beneficiadas em seus armazéns e, com as festas de fim de ano próximas, ainda não encontrou compradores. (U.C.)



Ocupação da região está concentrada nas margens dos rios, uma forma de amenizar carência de estradas e meios de transportes

'Oásis num quadro de devastação'

Antropóloga diz que ações não são compreendidas pela comunidade acadêmica

A pesar de sucessos localizados, "as alternativas como reservas extrativistas vêm sendo estabelecidas com grande desarticulação entre setores comunitários, governamentais e agências de financiamento na Amazônia", avalia Mary Alegretti. Ele queixa-se ainda que as ações "são mal compreendidas também por parte da comunidade acadêmica, especialmente nacional".

A antropóloga, que iniciou pesquisas na Amazônia em 1981, trabalhando ao lado de Chico Mendes e alfabetizando trabalhadores como Jorge Alves, da cooperativa extrativista de Xapuri, considera que "as iniciativas e ações seriam mais eficientes se articuladas num programa de abrangência regional e nacional".

Experiências importantes envol-

vido de seringueiros, que consolidam suas reservas extrativistas, à União das Nações Indígenas (Uní), que desenvolve alternativas para exploração de suas terras, "correm o risco de permanecer como pequenos oásis num quadro de devastação e ausência de alternativas", previne.

O apoio reclamado pela antropóloga certamente ampliaria os rendimentos com a atividade extrativista, que, segundo dados do IBGE, geram US\$ 250 milhões anualmente para o País. A borracha produz US\$ 29 milhões e a castanha-do-Pará, US\$ 10 milhões para os castanheiros e US\$ 40 milhões para o País. O babaçu soma US\$ 37 milhões para seus coletores e US\$ 90 milhões para o Brasil, enquanto o açai rende US\$ 41 milhões no campo e US\$ 82 milhões para consumo externo. Já a relação para o palmito é de US\$ 8 milhões e US\$ 20 milhões.

Esses rendimentos não incluem a madeira, minérios e plantas medicinais. Neste último caso, segundo dados da pesquisadora Elaine Elisa-

betsky, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, o mercado de ervas medicinais, em 1985, nos Estados Unidos, já atingia US\$ 1,1 bilhões e US\$ 43 bilhões, na Comunidade Européia.

Independentemente dos possíveis recursos externos, os ganhos internos na América Latina com a saúde da população também são significativos. No Brasil, segundo dados apresentados num seminário sobre Amazônia por Elisabetsky, 60% de todos os medicamentos processados são consumidos por 23% da população, deixando a maioria restante a opção dos medicamentos caseiros de origem vegetal.

A pesquisadora cita ainda que 78% dos medicamentos no Brasil são produzidos por empresas multinacionais. A redução das importações de medicamentos com a identifica-

ção de espécies nativas capazes de serem cultivadas e processadas poderia baixar os custos de medicamentos e diminuiria a evasão de recursos em moedas fortes, diz.

Entre as plantas da região com uso medicinal estão especialmente a copaíba, jaborandi e açai, enquanto as aromáticas incluem o pau-rosa, cumaru e cipós. Corantes, resinas e inseticidas envolvem o urucu e outros. Entre as oleaginosas estão a andiroba, babaçu, patuá, pequi, mutumba, sucupira, buriti, pupunha e caiaú.

As essências para cosméticos envolvem baunilha, cacau e cupuaçu. E as ornamentais incluem orquídeas, bromélias e helicônias. Entre as frutas estão incluídas o cupuaçu, graviola, bacuri, sem falar de um infinidade de sementes como a do puxuri, jarina e castanha-de-sapucaia. (U.C.)

PLANTAS MEDICINAIS TÊM MERCADO DE US\$ 11 BI

Palmito dá lucro rápido e ameaça a sobrevivência

Extração do produto, no interior do tronco, faz com que o açazeiro seja destruído

Os 323.500 hectares de área do projeto Maracá incluem áreas de castanhal, açazeiro, campo alagado, capoeira e terras de garimpo.

A castanha desenvolve-se em áreas de terra firme e, como em toda a Amazônia, resulta do plantio feito desde o passado remoto pelos primeiros habitantes dessas terras, os índios, segundo o agrônomo Jean Dubois.

A cutia, roedor abundante na Amazônia, também ajuda nesse trabalho, ao enterrar sementes que muitas vezes não consegue mais encontrar.

O açai, palmeira de porte arbóreo que produz fruta com mesmo nome, é uma das fontes de sobrevivência em toda a Amazônia. Do fruto se faz o vinho com valor calórico superior ao do leite e rico em minerais como cálcio, ferro, e fósforo.

Com a construção da estrada, os compradores de palmito seduziram coletores a vender não o açai, mas o palmito que se desenvolve no interior do caule da planta. Os lucros, segundo Edmundo Alcântara Rosa, presidente da Associação dos Trabalhadores Extrativistas do Maracá, foram imediatos. Os prejuízos serão duradouros.

Para retirar o palmito é preciso abater a árvore e, então, esquecer a colheita do açai.

Os campos alagados são vias de fácil trânsito para enorme variedade de madeira, cobiçadas por empresários interessados em lucros fáceis e rápidos. As áreas de garimpo são focos de tensão social e ambiental. As capoeiras, onde no passado existiram matas primárias, foram terras cultivadas temporariamente e submetidas a uma recuperação natural. Dubois diz que, desses ambientes, populações de toda Amazônia retiram algum plantio, caça, lenha e outros recursos para a sobrevivência.

Na avaliação da antropóloga Mary Alegretti, fundadora do IEA, Maracá é uma espécie de minilaboratório da Amazônia. Ela pensa que a maior parte das soluções que estão sendo buscadas ali, para garantir a permanência da população com melhor qualidade de vida, poderá ser expandida para toda a região.

Os desafios não são poucos, mas as potencialidades também são grandes. Mestre Pedro Braga, que

um dia trocou o Pará pelo Amapá, é uma das provas disso. Seu pequeno estaleiro, de onde saiu em fins de setembro a primeira embarcação, conjuga com rigor engenho e arte. O motor de dois tempo que aciona um gerador elétrico

é o mesmo que impulsiona o barco para deslocamentos no rio, em busca de madeira ou em viagens até o novo centro comunitário.

A primeira embarcação de mestre Pedro no Amapá ainda não tem nome. Ele diz que o batismo deverá ser dado pelo proprietário, neste caso toda a comunidade, já que o barco, capaz de levar até 50 pessoas, é propriedade comum. Mestre Pedro é um exemplo do potencial humano para a transformação da Amazônia, de floresta ferida pela ocupação desordenada, a ambiente capaz de abrigar harmoniosamente o homem e seus meios de subsistência. Na sede comunitária está exposta uma caixa d'água que ele construiu com o enorme tronco de uma árvore morta. Mestre Pedro também fez a estrutura do telhado, a fachada e o assoalho da construção. Em suas mãos, equipadas com desgastadas ferramentas, os objetos tomam novas e surpreendentes formas.

As terras de Maracá também serão coletivas, por razões práticas, não ideológicas.

Se a terra for partilhada entre os moradores, diz o agrônomo Menezes, "muitos poderão querer vendê-la no futuro, abrindo espaço a compradores que não se identificam com os desejos e necessidades dos moradores da floresta". Assim, são uma ameaça que deve ser evitada. (U.C.)